

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1894)  
FRANCISCO RAMEL PESTANA (1875-1890)  
JULIO MESQUITA (1895-1927)  
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)  
FRANCISCO MESQUITA (1915-1999)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)  
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)  
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)  
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)  
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
PRESIDENTE  
ROBERTO CRISSTUMA MESQUITA  
MEMBROS  
FRANCISCO MESQUITA NETO  
JULIO CESAR MESQUITA  
LUIS CARLOS ALENCAR  
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE  
FRANCISCO MESQUITA NETO  
DIRETOR DE JORNALISMO  
EURÍPEDES ALCANTARA  
DIRETOR DE OPINIÃO  
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA  
MARTANA UEMURA SAMPAIO  
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE  
PAULO BOTELHO PESSOA  
DIRETOR FINANCEIRO  
SERGIO MARGUEIRO MOREIRA

## NOTAS E INFORMAÇÕES

# Só reacionários ganham com a opacidade do STF



**Inimigos da democracia daqui e dos EUA, articulados, usam o sigilo dos inquéritos no STF para posar de vítimas de perseguição; o antídoto contra os reacionários é a luz do dia**

O sigilo dos amplos e intermináveis inquéritos que correm no Supremo Tribunal Federal (STF) para investigar a disseminação de *fake news* e a atuação das chamadas “milícias digitais” faz muito mal à democracia. À sociedade, afinal, é dado conhecer (i) quem, supostamente, ameaça as instituições democráticas e seus integrantes; (ii) como são articuladas essas ameaças; e (iii) os propósitos a que se prestam.

Como se isso não bastasse, a obscuridade das decisões monocráticas to-

madas pelo ministro relator Alexandre de Moraes no âmbito daqueles inquéritos ainda tins a aura de credibilidade do próprio STF. Deveria ser ocioso lembrar que a crença na Justiça decorre da fundamentação de suas decisões, que, salvo raríssimas exceções, deve ser conhecida por todos. Infensa à transparência, a Corte só alimenta o discurso dos reacionários que estão longe de querer seu aperfeiçoamento, e sim seu descrédito perante a opinião pública, como forma de deslegitimá-la.

A bem da verdade, a crise de credibilidade do STF decorre primordialmen-

te dos ataques à Corte insuflados por Jair Bolsonaro nos últimos anos – e sustentados até hoje por seus apoiadores radicais. Contudo, em boa medida, alguns ministros do Supremo também contribuem para que, aos olhos de uma parcela expressiva da população, suas decisões sejam recebidas como manifestações políticas.

Ministros que falam a torto e a direito fora dos autos, participam de colóquios políticos e eventos corporativos custeados por lobistas, viram do avesso a jurisprudência da própria Corte e decretam sigilos sobre suas decisões como regra, e não como exceção, podem ser tão ou mais nocivos ao Poder Judiciário do que um punhado de postagens feitas pelos detratores do STF nas redes sociais.

Essa crise fabricada extrapolou as fronteiras do País e chegou à Comissão de Justiça da Câmara dos Representantes dos EUA. A pretexto de resguardar os interesses de empresas americanas – X e Meta, dona do Instagram – e defender a “liberdade de expressão”, a ala radical do Partido Republicano no colegiado, majoritária e dominada por Donald Trump, divulgou um relatório contendo os ofícios do STF enviados àquelas empresas para determinar a suspensão de contas, sem maiores explicações.

Claramente articulados com a trupe de deputados bolsonaristas que recentemente foram ao Capitólio denunciar a “ditadura do Poder Judiciário no Brasil”, os republicanos da Comissão de Justiça fizeram o estardalhaço típico dessa turma, afirmando que o tal relatório é a prova cabal da “censura

do governo brasileiro” à plataforma de Elon Musk, o X, entre outras. Que Musk seja um oportunista que não dá a mínima para a liberdade de expressão, preocupado que está apenas com seus negócios mundo afora, parece não ter a menor importância para esses parlamentares, brasileiros e americanos. O objetivo principal é aumentar a nuvem de suspeição que hoje paira sobre as decisões do ministro Alexandre de Moraes.

O STF parece ter sentido o baque. Em nota oficial, a título de resposta à divulgação do relatório pelos deputados americanos, a Corte informou que “todas as decisões tomadas pelo STF são fundamentadas, como prevê a Constituição, e as partes, as pessoas afetadas, têm acesso à fundamentação”. A questão é que já não basta que apenas as “pessoas afetadas” conheçam os fundamentos das draconianas decisões do sr. Moraes. Toda a sociedade brasileira precisa conhecê-los – até para poder concluir que, de fato, o ministro cumpriu exatamente o papel que lhe é atribuído pela Constituição e, portanto, suas decisões não violaram os direitos e garantias fundamentais de ninguém.

Lá se vão quase cinco anos de tramitação desses inquéritos no STF. O sigilo sobre eles, que já era um problema na origem das investigações, só tem aprofundado as incertezas quanto à justiça das decisões do ministro Alexandre de Moraes. O melhor antídoto contra o discurso dos reacionários que querem desmoralizar o Judiciário para seus propósitos autoritários é a luz do dia, e não as sombras. ●

## A pressão sobre a Previdência

**Mudanças estruturais no mercado de trabalho, como o aumento de microempreendedores, e iniciativas populistas do governo aumentam risco de explosão do déficit da Previdência**

Com reajuste fixado acima da inflação por imposição legal, o salário mínimo dita o crescimento dos gastos com aposentadorias e benefícios do INSS, que marcham velozmente para a marca de R\$ 1 trilhão. O piso nacional de R\$ 1.502 proposto pelo governo para o ano que vem, por exemplo, vai elevar para R\$ 980,9 bilhões os gastos previdenciários em 2025, isso sem contar os gastos com servidores públicos e militares. Como a arrecadação nem de longe atinge o mesmo montante, a progressão do déficit dá sinais claros de que a Reforma da Previdência, que em maio completa três anos e meio, precisa ser revisitada.

A variação do salário mínimo, que atrela diversos gastos públicos, entre

elas as despesas com pagamento de aposentadorias e pensões, é o maior fator de pressão do déficit previdenciário, mas não o único. A reforma de 2019, embora longe do ideal, foi um importante agente de contenção no ritmo de crescimento do rombo previdenciário. E, é bom ressaltar, sem nenhum apoio do PT, cuja bancada votou em peso contra o que qualificava como perda de direitos dos trabalhadores, desconsiderando que mudanças como o aumento do tempo mínimo de contribuição são necessárias diante da transformação social e demográfica.

O Brasil é um país que está envelhecendo. Após a exceção do período de pandemia, a expectativa de vida voltou a subir, chegando a 75,5 anos em 2022. O mercado de trabalho também passa por mudanças estruturais e não há co-

mo ignorar que os bons resultados, como a manutenção do índice de desemprego na casa de um dígito e o recorde de mais de 100 milhões de ocupados, estão sendo acompanhados do aumento da informalidade e do fenômeno de expansão de microempreendedores individuais (MEIs). Por consequência, a fonte de arrecadação previdenciária tem diminuído, enquanto cresce o dispêndio com as aposentadorias.

Em 2009, primeiro ano de vigência do regime MEI, criado para formalizar trabalhadores autônomos, apenas 8,4% das empresas abertas estavam inscritas nesse sistema; em 2023, já representavam 74,6% do total. Atualmente, os MEIs descontam contribuição previdenciária mensal de R\$ 70,60 para terem direito a uma aposentadoria de um salário mínimo. Não é preciso ser especialista em cálculo atuarial – que o ministro da Previdência, Carlos Lupi, diz ignorar, assim como nega o próprio déficit da Previdência – para verificar de cara que a conta não fecha.

Recente reportagem do *Estadão* mostrou que a explosão de MEIs se dá por um fenômeno que está sendo chamado de “empreendedorismo por necessidade”, que inclui, em sua maioria, os excluídos do trabalho formal que buscam uma forma de permanecer no mercado com direitos mínimos. Foi esse tipo de empreendedorismo a principal causa da alta de 168% de MEIs em

apenas quatro anos. Não demorará até que essa multidão de “trabalhadores-empresas” pressione as despesas da Previdência Social, a principal despesa da União.

É preciso desarmar essa bomba com novas reformas e garantir, ao mesmo tempo, a viabilidade do sistema previdenciário e o equilíbrio fiscal. O problema é que são questões para as quais o lulopetismo reserva o mais solene desprezo. O governo de Lula da Silva se mostra mais preocupado com medidas que tragam dividendos eleitorais. É o caso da legislação que estabeleceu a política de reajuste do salário mínimo acima da inflação medida pelo INPC. Por tabela, as aposentadorias e pensões terão de ser corrigidas, obrigatoriamente, acima da inflação.

Ao menos para corrigir os erros do governo de Jair Bolsonaro – que, além de não estender aos militares as exigências impostas ao regime geral do INSS, ainda ampliou vantagens dessa categoria –, Lula da Silva deveria tentar corrigir as desigualdades do sistema. No ano passado, o rombo da Previdência estava em R\$ 394,7 bilhões (acumulado de 12 meses até novembro), e R\$ 290,3 bilhões eram referentes a benefícios de 28 milhões de trabalhadores da iniciativa privada, enquanto R\$ 104,3 bilhões diziam respeito a apenas 1 milhão de militares e servidores públicos. A disparidade fala por si. ●